

Documentos anglicanos sobre Sexualidade

Nota do editor:

O assunto da sexualidade tem sido um dos mais debatidos na Comunhão Anglicana. São diversos os documentos que circulam pelo mundo, em todos os continentes, emitidos por províncias anglicanas de diferentes países. Não temos condições de publicar e editar todos neste número da revista. Porém, nossa intenção é publicar num próximo da série Reflexões, alguns dos mais importantes documentos de estudo e declarações sobre a sexualidade.

Para este número, optamos por três textos curtos, publicados em ordem cronológica: o primeiro, "Carta Pastoral sobre Sexualidade Humana", foi publicado em O Estandarte Cristão no. 1743 (abril/maio de 1997) traz a palavra dos bispos da IEAB, cinco anos atrás, a respeito do assunto. Observe-se que na época, a carta afirmava que, na Comunhão Anglicana, o tema da ordenação de homossexuais ou bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo, ainda estava "em processo de amadurecimento". No ano seguinte, a Conferência de Lambeth 1998 votou e aprovou uma resolução sobre esse assunto, que é transcrita a seguir. Atualmente, é a resolução da maior instância do anglicanismo. Porém, sabe-se que tal resolução tem sido contestada em algumas partes do mundo, sinal de que, provavelmente, o assunto ainda virá à tona novamente na próxima Conferência. O terceiro texto é a declaração dos/das participantes da I Consulta sobre Sexualidade da IEAB (Rio de Janeiro, fevereiro de 2002).

Carta Pastoral sobre Sexualidade Humana

Pastoral da Câmara dos Bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

1. Afirmamos que a sexualidade é um dom de Deus e que as relações sexuais, exercidas no contexto do amor e do respeito mútuo, não só devem ser aceitas, mas também consideradas como as coisas boas que Deus criou. Por outro lado, a promiscuidade sexual entre pessoas do mesmo gênero ou gêneros diferentes deve ser combatida, por ser contrária ao ensino das Escrituras.

Entretanto, a Igreja deve receber com amor pessoas de qualquer raça, cultura, classe social ou orientação sexual. Afinal, como cristãos, somos portadores da promessa do Espírito Santo que nos conduz à Palavra feita carne, que acolhe os abandonados, os incompreendidos, os marginalizados, que demonstra amor e compaixão à mulher apanhada em adultério, que conversa com a mulher samaritana e afirma a santidade do homem e da mulher em santo matrimônio.

2. A sexualidade é parte integrante do ser humano. Essa realidade abençoada se expressa em atos de conduta, que se convertem em atos de afeição, relação mútua e conhecimento recíproco entre homem e mulher. Isso envolve sempre uma comunidade. Por isso, o povo bíblico estabeleceu um determinado padrão de conduta, porque as relações sexuais não realizam toda

sua potencialidade, se não levarem em consideração o amor e a justiça em relação a outras pessoas. Portanto, os atos de violência sexual são iníquos.

3. A Conferência de Lambeth de 1988 no que concerne à família e matrimônio não conseguiu eliminar a confusão, provocando ensino sobre sexualidade humana. Algumas províncias vêm afirmando que o homossexualismo é pecaminoso, enquanto outras adotam uma atitude pastoral contextualizada. A questão sexual, que abrange todos os aspectos da vida social e individual, ainda não está de todo resolvida. Os estudos dos fatores que contribuem para as diferentes compreensões em relação ao homossexualismo continuam; e como bispos recomendamos o diálogo, o bom senso e a preocupação pastoral com as pessoas de orientação homossexual na comunidade.

Não podemos assumir posições finais sobre a ordenação de homossexuais ou a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo, porque na própria Comunhão o assunto ainda está em processo de amadurecimento.

A Bíblia em alguns textos condena explicitamente o relacionamento homossexual, embora em sua maioria, seus textos condenem a promiscuidade, a orgia ou o deboche. Entretanto, devemos entender que a Bíblia não é um ditado de Deus, mas sim a Revelação de Deus carregada pela interpretação de seus autores que trazem nela as influências de sua cultura e época (viviam eles numa sociedade patriarcal e machista).

4. É necessário que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil inclua em seus programas educacionais e pastorais, estudos e orientações sobre a sexualidade humana, levando em conta o ensino das Escrituras, o conhecimento das ciências humanas, a experiência da tradição anglicana e uma compreensão contextualizada da controversa questão, para que os seus eclesianos, livres de idéias preconcebidas e na visão de uma sexualidade cristã sadia, possam assumir o dom da sexualidade no contexto da comunidade da fé e respeitar os outros.

Dom Glauco Soares de Lima – Bispo Primaz

Dom Sumio Takatsu

Dom Cláudio Vinícius Gastal

Dom Clóvis Erly Rodrigues

Dom Sydney Alcoba Ruiz

Dom Luiz Osório Pires Prado

Dom Almir dos Santos

Dom Jubal Pereira Neves

CONFERÊNCIA DE LAMBETH 1998

RESOLUÇÃO 1.10 – Sexualidade Humana

Esta Conferência:

a) recomenda à igreja o relatório da subseção sobre sexualidade humana;

b) em vista do ensino das Escrituras, defende a fidelidade no casamento entre um homem e uma mulher numa união indissolúvel, e acredita que a abstinência é adequada para aqueles que não são chamados para o casamento

c) reconhece que há, entre nós, pessoas que receberam orientação homossexual. Muitas delas são membros da igreja e buscam atendimento pastoral, orientação moral da Igreja e o poder transformador de Deus para viver suas vidas e ordenar seus relacionamentos. Nós nos comprometemos a ouvir as experiências dos homossexuais, e desejamos assegurar-lhes que são amados por Deus, e que todos os batizados, pessoas fiéis e crentes, discriminados com relação a sua orientação sexual, são membros plenos do Corpo de Cristo;

d) ao mesmo tempo em que rejeita a prática homossexual como incompatível com as Escrituras, solicita a todas as pessoas que auxiliem, de maneira sensível e pastoral, todas as pessoas, independente de sua orientação sexual, escondem o medo irracional aos homossexuais, a violência no casamento e toda banalização e comercialização do sexo;

e) não pode recomendar a legitimidade ou a bênção de uniões do mesmo sexo, nem ordenar aqueles que estão envolvidos em uniões do mesmo gênero;

f) solicita aos Bispos Primazes e ao Conselho Consultivo Anglicano que estabeleçam meios para monitorar o trabalho realizado sobre a sexualidade humana na Comunhão Anglicana e compartilhar informes e recursos entre nós;

g) considera a importância da Declaração de Kuala Lumpur Sobre Sexualidade Humana e as preocupações contidas nas resoluções IV.26, V.1, V.10, V.23 e V.35 sobre a autoridade das Escrituras em matéria de casamento e sexualidade, e solicita aos Bispos Primazes e ao Conselho Consultivo Anglicano que os incluam no seu processo de monitoramento.

Declaração da I Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana

Reunidos no Rio de Janeiro para a **I Consulta Nacional sobre Sexualidade**, num ambiente de fraternidade e compreensão mútuas, respeito, solidariedade e amor cristão, nós, leigos e leigas, duas diáconas, dez presbíteros e quatro bispos, anglicanas e anglicanos de cinco dioceses, debatemos, analisamos, trocamos experiências e compartilhamos testemunhos sobre esta questão do ponto de vista bíblico-teológico, ético-pastoral e biopsicosocial.

Para maior compreensão e contextualização do assunto, partimos das resoluções das **Conferências de Lambeth** (1978/1988/1998) “reconhecendo a contínua necessidade de estudo profundo e desapassionado da questão da homossexualidade que leve em consideração tanto o ensino da Escritura quanto o resultado das pesquisas científicas e médicas e os fatores sócio-culturais”, e da **Carta Pastoral** dos Bispos da IEAB (Sínodo Geral/1997) onde percebem e

sugerem a necessidade de incluir em nossos “programas educacionais e pastorais estudos e orientações sobre a sexualidade humana”.

Do ponto de vista bíblico-teológico a sexualidade humana é dom de Deus para todas as pessoas. A libertação de todos os povos é o foco teológico do processo do êxodo e do ministério de Jesus. Deus nos ama incondicionalmente como somos, com todas as nossas diferenças e imperfeições. Amor este que é manifestado em Jesus Cristo, impulsiona-nos a amar e cuidar de toda a obra da sua criação. Amar a Deus é amar o próximo (I João 4:20-21), portanto, qualquer tipo de exclusão contém germes de morte. Amor é inclusão e vida em abundância (João 10:10).

Convidamos as lideranças leigas e clericais a promover debates que ajudem as comunidades a compreenderem melhor a complexidade e a beleza das relações sexuais humanas. É preciso conhecer e compartilhar as angústias daqueles e daquelas que a sociedade exclui. A inclusividade é a essência do ministério encarnado de Jesus, atraindo para si as prostitutas, os estrangeiros, os pobres, os doentes, os diferentes. É fundamental que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil exerça sua vocação inclusiva e se permita acolher, com Amor e por inteiro, aquelas pessoas que a sociedade rejeita e aborta. Por esta razão assumimos a ética pastoral da Graça e da bênção de Deus e *rejeitamos o princípio da exclusão, implícito na ética do pecado e da impureza, que causa divisão entre os seres humanos.*

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2002, ad.